

CORREIO NACIONAL



Já foram confirmados 58 casos e 15 mortes

Metanol: crise completa um mês com alerta

Após 30 dias desde que os primeiros nove casos de suspeita de intoxicação por presença de metanol em bebidas foram divulgados, em 26 de setembro, várias medidas foram tomadas pelos órgãos públicos. A testagem ficou mais rápida, confirmando ou descartando casos suspeitos em ritmo intenso. Hospitais pólo foram organizados, mesmo fora das áreas com confirmação de contaminação, como em estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Os

Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Ciatox), primeira rede de alerta, assumiram a frente na detecção, enquanto a vigilância sanitária e as polícias atuaram nos locais de venda e consumo. Mesmo sem conseguir impedir todos os novos casos, se encontrou uma origem provável: a falsificação de bebidas levou à contaminação pois usou álcool combustível, que por sua vez também estava adulterado e continha metanol.

Mata Atlântica perde hectares

A Mata Atlântica perdeu 2,4 milhões de hectares de floresta nas últimas quatro décadas. O número é equivalente a uma redução de 8,1% da área registrada no início da série histórica. Segundo levantamento do MapBiomas, divulgado na segunda, o bioma mais degradado do país mantém apenas

31% de sua vegetação natural. Metade do desmatamento recente ainda atinge áreas com mais de 40 anos. “A vegetação natural da Mata Atlântica foi suprimida para abrir espaço para atividades humanas desde o início da colonização”, diz Natalia Crusco, da equipe do MapBiomas.

Prova Nacional Docente

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou na terça o gabarito preliminar da primeira edição da Prova Nacional Docente, realizada no último domingo. Os documentos estão disponíveis no site do Inep. Chamado de CNU dos Professores ou Enem

dos Professores, o exame representa uma porta de entrada no magistério público brasileiro. O resultado final está previsto para 10 de dezembro. As redes públicas de ensino poderão optar por usar as notas dos participantes da PND como mecanismo único ou complementar de seleção de docentes.

EBC celebra 18 anos

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) promoveu, nesta terça-feira (28/10), um debate na Universidade de Brasília (UnB), em comemoração aos seus 18 anos, com o objetivo de discutir os desafios e o futuro da comunicação pública no Brasil. O evento foi realizado no Auditório Pompeu

de Sousa, da Faculdade de Comunicação (FAC). Na abertura do evento, o presidente da EBC, Andre Basbaum, ressaltou o simbolismo da data e propôs a realização de um Fórum Nacional de Comunicação Pública, retomando os debates do Fórum Nacional de TVs Públicas, iniciados em 2006.

Alimentos ultraprocessados

Dos 39 mil alimentos e bebidas embalados lançados no Brasil entre novembro de 2020 e novembro de 2024, 62% são ultraprocessados e apenas 18,4% in natura ou minimamente processados. Os dados integram o primeiro relatório do projeto “Monitoramento da

rotulagem de alimentos no Brasil”, desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Organização Pan-Americana da Saúde e o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo.

8,5 milhões de passageiros

A movimentação de passageiros em voos dentro do Brasil atingiu a marca de 8,5 milhões de viajantes ao longo de setembro, melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em janeiro de 2000. O resultado representa um aumento de 7,6% na comparação

com o mesmo período de 2024, quando o número totalizou 7,9 milhões, e assegura o 13º mês consecutivo de alta. Os dados são do relatório de demanda e oferta da ANAC. O Aeroporto Internacional de Guarulhos, no estado de São Paulo, liderou o ranking.

Os riscos de ‘piadas’ sobre bombas em aeroportos

Protocolos são acionados mesmo sem intenção de dano

Paulo Pinto/Agência Brasil



Brincadeiras sobre explosivos em bagagens podem resultar em detenção

Falas sobre existência de bomba em meio às bagagens em um aeroporto podem ser levadas bem a sério, mesmo quando em tom de brincadeira. Podem, inclusive, resultar em detenção, como foi o caso de uma passageira presa em flagrante no Aeroporto de Brasília no último fim de semana.

Segundo a Polícia Federal (PF), ela foi indiciada por crime de “expor a perigo aeronave ou praticar ato capaz de impedir ou dificultar a navegação aérea”.

O caso ocorreu na tarde do último domingo (26) durante o procedimento de check-in de duas passageiras. Uma delas teria dito que portava uma bomba em sua bolsa. “Imediatamente, foi realizada a verificação por raio-X e inspeção manual das bagagens, sendo constatado que não havia qualquer artefato explosivo”, informou a PF sobre o ocorrido, em nota.

Diante da gravidade da declaração e tendo por base os protocolos de segurança aeroportuária, as passageiras foram conduzidas até a PF no Distrito Federal.

“Uma das passageiras foi presa em flagrante e indiciada por crime que consiste em expor a perigo aeronave ou praticar ato capaz de impedir ou dificultar a navegação aérea — conduta que representa

grave violação à segurança do transporte aéreo e pode gerar consequências severas tanto no âmbito penal quanto administrativo”, acrescentou a PF.

Protocolos

Delegada de Polícia e especialista em direito penal e segurança pública, a diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) Raquel Gallinati explica que, mesmo na forma de piada, declarações como a feita pela passageira em Brasília acionam protocolos que precisam ser cumpridos, uma vez que po-

dem indicar situações de risco concreto à segurança e ao transporte aéreo.

A “brincadeira”, segundo a delegada, acaba por obrigar autoridades a interromperem procedimentos, além de evacuar áreas e fazer varreduras. Pode, inclusive, suspender voos.

Por esses motivos, segundo a especialista, “não há espaço para interpretações dúbias” em situações como a descrita, em ambientes como aeroportos.

“Toda menção a ameaça explosiva é tratada como potencialmente real até prova em contrário”, justifica a diretora

da Adepol.

Todos esses procedimentos têm por base o artigo 261 do Código Penal Brasileiro, que tipifica o crime de atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo. A pena para esse tipo criminal vai de dois a cinco anos de reclusão e multa.

A legislação é aplicada mesmo nas situações em que não haja intenção de dano, basta a verbalização de uma ameaça que coloque em risco o transporte coletivo, conforme está previsto também em protocolos internacionais de emergência.

CadÚnico acelera acesso a absorventes do SUS

O governo federal facilitou e agilizou o acesso gratuito a absorventes higiênicos para mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), que não têm acesso ao item.

A partir desta terça-feira (28), as 44 mil unidades básicas de Saúde (UBS) de todo o país podem emitir a autorização para retirada de absorventes menstruais nas farmácias populares pelas beneficiárias da iniciativa federal.

O produto de higiene íntima é fornecido de graça pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas unidades do Programa Farmácia Popular, por meio do Programa Dignidade Menstrual – Um Ciclo de Respeito.

A medida foi anunciada, em Brasília, pela secretária de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Ana Luiza Caldas, durante o lançamento do Fórum de Mulheres na Saúde. “Nós teremos todos os profissionais aptos a emitir a autorização para essas meninas, adolescentes, mulheres, que têm algum tipo de dificuldade de manuseio na saúde digital”, disse a secretária.

Ana Luiza explica que a nova modalidade de acesso à autorização de retirada dos absorventes menstruais pelas UBS se somará ao site e ao aplicativo Meu SUS Digital.

“Nós trazemos mais duas formas de acesso pelos gestores ou pelos profissionais que estão nas unidades. O objetivo é ampliar o acesso a esse insumo que é tão fundamental para saúde das nossas meninas e das nossas mulheres”, declarou Ana Luiza Caldas.

Desde a implementação do programa, em 2024, já foram atendidas mais de 2,5 milhões de pessoas e distribuídos mais de 376 milhões de absorventes menstruais.



O Brasil foi o segundo país a entregar a NDC

Metas de emissão reduzem em 17% impacto no clima

As atualizações das metas de emissão de gases do efeito estufa apresentadas por 64 países participantes do Acordo de Paris, juntas, são capazes de diminuir em 17% os impactos na mudança do clima, na comparação com as emissões em 2019. Na projeção para 2030, a redução é de 6%, em relação ao que havia sido proposto nas metas anteriores.

As informações foram divulgadas nesta terça-feira (28) no Relatório Síntese das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC na sigla em inglês), publicado pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês).

O documento é uma das ferramentas de avaliação do Acordo de Paris sobre o avanço das ações climáticas nas 198 nações que integram o tratado internacional, mas foi elaborado com base nas metas atualizadas por menos de um terço (64) dos países entre janeiro de 2024 e setembro de 2025.

De acordo com o relatório, se as novas NDCs forem plenamente cumpridas até 2035, serão capazes de reduzir as emissões em 13 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente (CO2e).

O documento destaca também que as ambições apresentadas mostram etapas claras para trajetórias de redução em longo prazo e objetivo de alcançar neutralidade nas emissões, “embora ainda seja necessária uma aceleração das ações”, destaca.

O relatório aponta ainda que as NDCs estão mais completas, indo além de ambições para mitigação ao incluírem elementos sobre adaptação, financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e abordagem de perdas e danos e, ainda, refletindo de forma mais abrangente sobre o Acordo de Paris.

“As novas NDCs mostram uma progressão em termos de qualidade, credibilidade e cobertura econômica, com 89% das Partes comunicando metas para toda a economia”,

destaca o relatório.

Desde que o Brasil foi escolhido como sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a presidência brasileira que conduzirá a próxima rodada de negociações, tem se empenhado em incentivar a entrega das atualizações dos compromissos pelos países.

O Brasil foi o segundo país a entregar a NDC antes mesmo do primeiro prazo para entrega, em fevereiro, ser prorrogado para setembro.

Os 64 países incluídos no relatório foram os que entregaram dentro do novo prazo e não incluem os compromissos de grandes emissores como China e Índia.

“O mundo ainda aguarda dois terços das novas NDCs esperadas e, a menos de duas semanas para a COP30 em Belém, mais países precisam submeter suas NDCs para sinalizar que a ambição coletiva está aumentando e que as metas do Acordo de Paris continuam ao nosso alcance”, destaca Gustavo Souza.